

UNIDADE DE VIZINHANÇA NO IDEÁRIO DA URBANISTA CARMEN PORTINHO: A DIMENSÃO URBANA DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR ¹

NEIGHBORHOOD UNIT AS CONCEIVED BY CARMEN PORTINHO:
THE URBAN DIMENSION IN THE SOCIAL HOUSING DEPARTMENT ACTIONS

DINALVA DERENZO ROLDAN

RESUMO

Este artigo tem como objetivo revelar a presença do conceito de Unidade de Vizinhança introduzida pela urbanista Carmen Portinho no Departamento de Habitação Popular, órgão público ligado à Prefeitura do Distrito Federal, então no Rio de Janeiro. Os conjuntos habitacionais, como o Pedregulho e Gávea, produzidos por esta instituição, foram considerados pela historiografia como exemplares da habitação moderna no Brasil formalizando a noção de Unidade de Habitação. Neste trabalho, busca-se revelar a presença simultânea da noção de Unidade de Vizinhança através da trajetória profissional da urbanista Carmen Portinho. A partir da revisão bibliográfica e cruzamento com fontes primárias oriundas de pesquisa documental no arquivo pessoal da personagem, cartas e artigos de jornais escritos pela urbanista são analisados e desvelam-se as formas de circulação do conceito de Unidade de Vizinhança assim como sua apropriação e formalização em uma série de experiências habitacionais evidenciando a dimensão urbana das realizações do Departamento de Habitação Popular dirigido pela urbanista de 1948 a 1960.

PALAVRAS-CHAVE: História do Urbanismo. Unidade de Vizinhança. Habitação Social.

ABSTRACT

This article aims to reveal the presence of the Neighborhood Unit concept introduced by urbanist Carmen Portinho in the Social Housing Department of the Federal District Municipality, then in Rio de Janeiro. Social Housing, such as Pedregulho and Gávea, produced by this Department, were considered by historiography as examples of modern housing in Brazil, formalizing the idea of Housing Unit. This article aims to reveal the simultaneous presence of Neighborhood Unit's concept through the professional trajectory of urbanist Carmen Portinho. The methodological procedure crossed the primary sources from the character's personal archive with the bibliographic review. The analysis of the letters and articles written by the urban planner revealed the Neighborhood Unit concept forms of circulation and its appropriation in some social housing experiences, highlighting the urban dimension of the achievements of the Social Housing Department spearheaded by the urbanist from 1948 to 1960.

KEYWORDS: History of Urbanism. Neighborhood Unit. Social Housing.

INTRODUÇÃO

A ENGENHEIRA E URBANISTA Carmen Velasco Portinho (1903–2001) dirigiu o Departamento de Habitação Popular (DHP), órgão público ligado à Prefeitura do Distrito Federal, então no Rio de Janeiro, entre 1948 a 1960. Durante o período, este órgão foi responsável pelo projeto de inúmeros conjuntos habitacionais, contando com uma equipe formada por engenheiros, arquitetos, urbanistas e assistentes sociais. Entre as realizações desta instituição podemos citar a construção dos conjuntos: Pedregulho, Gávea, Paquetá e Vila Isabel.

O Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, obteve imediata repercussão no meio arquitetônico como um exemplar da Habitação Moderna no Brasil reconhecido como tal pela historiografia. Com efeito, esta obra projetada por Affonso Eduardo Reidy e produzida pelo DHP entre 1947 e 1958, teve grande difusão entre as revistas de arquitetura. Dentre uma seleção extensa mas não conclusiva, de 1945 a 1958, pode-se observar a difusão das imagens, projetos e fotos do Pedregulho em revistas internacionais como na revista norte-americana *Architectural Forum* (1947, n. 5); na revista italiana *Domus* (1951, n. 254); na revista britânica *Architectural Review* (1952, n. 667) com artigo sobre escola primária e o ginásio do conjunto; em duas edições da revista cubana *Arquitectura* (1952, n. 231, 1954, n. 256); na revista francesa *Aujourd'Hui Art et Architecture* (1955, n. 5); na revista norte-americana *Progressive Architecture* (1955, n. 36); na revista colombiana PROA (1957, n. 108); na mexicana *Arquitectura* (1957, n. 58); e na revista nova iorquina *Architectural Record* (1958, n. 7).

Faz-se necessário mencionar que, em 1955, o Museu de Arte Moderna de Nova York abriu a exposição *Latin American Architecture since 1945*, organizada por Henry-Russell Hitchcock em que o projeto do Pedregulho foi exibido e compôs o catálogo da exposição (HITCHCOCK, 1955). No ano seguinte, o livro de Henrique Mindlin publicado originalmente em 1956 (MINDLIN, 2000) seria lançado – em inglês, francês e alemão mas não em português – a partir de uma demanda de continuidade da visibilidade das obras brasileiras criada por *Brazil Builds* (GOODWIN, 1943), ocasião em que o Pedregulho foi mais uma vez incorporado ao rol de projetos modernos. Assim, a obra compõe uma narrativa sobre a arquitetura moderna dentro de um panorama internacional que pode ser observado no livro de Benevolo (1998) – originalmente publicado em 1960 –, dentro de uma perspectiva crítica no livro de Dal Co e Tafuri (1991) – originalmente publicada em 1976 –, e ainda recentemente no livro de Jean-Louis Cohen (2013) – originalmente publicada em 2012 –, somente para citar alguns exemplos.

Tinem (2002), ao analisar o papel das revistas internacionais na construção de uma trama narrativa sobre o lugar do Brasil na historiografia da arquitetura moderna, aponta para a reiteração dos conjuntos do Pedregulho e Gávea como excepcionalidades dentro do quadro da arquitetura brasileira a partir da historiografia. Ela aponta a escassez de propostas de habitação social frente

a diversificada arquitetura moderna brasileira; e menciona também, que apenas recentemente esta questão vem sendo esclarecida a partir do amplo trabalho coletivo de pesquisa conduzido por Nabil Bonduki que procurou registrar e analisar as iniciativas habitacionais, sobretudo aquelas financiadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Extenso trabalho que resultou na publicação em 2014 dos três volumes intitulados *Os pioneiros da habitação social* (BONDUKI, 2014).

Ao analisar as edições da prestigiosa revista francesa *L'Architecture d'aujourd'hui* que manteve grande circulação internacional, observa-se que, entre 1945 e 1958, o Pedregulho é reiteradamente noticiado pela revista em três artigos de 1951, 1952 e 1954. A primeira vez que o projeto do Conjunto Residencial Pedregulho (1947-1950/58) foi apresentado na revista contou com o texto introdutório sobre as obras brasileiras, – provavelmente escrito por André Bloc ou Alexandre Persistz, editores da revista –; comenta-se sobre a “audácia” da arquitetura brasileira – reforçando uma narrativa que a revista vinha tecendo sobre a arquitetura moderna no Brasil – e sobre a raridade do programa de conjuntos habitacionais, tema caro à arquitetura moderna, e que, então, o Pedregulho seria o exemplar do conjunto habitacional moderno no Brasil (*L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI*, 1951, n. 33).

O artigo intitulado *Urbanisme au Brésil: unité d'habitation au Pedregulho, Rio de Janeiro* traz uma apresentação e descrição do projeto (REIDY *et al.*, 1951); nele, o situa como um primeiro empreendimento da Prefeitura do Distrito Federal do Rio de Janeiro dentro de um programa que seria destinado aos funcionários públicos. São nomeados os arquitetos e engenheiros envolvidos – Reidy, Carmen Portinho, Francisco Bolonha, F.M. Lopes, S. Santos, D. Astracan, G. Souza Aguiar – ainda que não dê visibilidade ao Departamento de Habitação Popular de que faziam parte, não sendo possível diferenciar se tratava-se de uma equipe interna ou de um escritório contratado pelo poder público.

Outro artigo sobre o Pedregulho aparece na segunda edição da revista dedicada à arquitetura brasileira (*L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI*, 1952, n. 42-43). O artigo é escrito por Sigfried Giedion (1888-1968) que havia vindo ao Brasil no ano anterior para compor o júri da I Bienal de Arquitetura de São Paulo, ocasião em que foi concedido ao Reidy o primeiro lugar na premiação do evento com o projeto do Pedregulho. No artigo, Giedion intitula a obra como uma unidade de habitação e põe a tônica sobre a sinuosidade do Bloco A, então em construção (GIEDION, 1952). Ele remete a solução habitacional de Reidy ao projeto de *Saint-Dié* (1945) concebido por Le Corbusier e ao programa ali elaborado de “centro cívico”, conjugando habitação e os serviços necessários. Curiosamente, a *Unité d'habitation* de Marselha (1947-1952), que estava em construção concomitantemente ao Pedregulho, não é citada. A ênfase do artigo é o Bloco A de habitação serpenteado. Giedion não poupa elogios à capacidade de Reidy em trabalhar com o “jogo de volumes” e mais ainda em tirar partido das difíceis condições do terreno e de insolação.

Esta tornou-se uma narrativa bastante reiterada sobre o Pedregulho: a plasticidade expressiva da lâmina curvilínea e a capacidade de acomodação e diálogo com a paisagem. Todavia, Giedion insere a solução da lâmina curvilínea do Pedregulho em uma genealogia que, passando por Alvar Aalto, referindo-se ao projeto de dormitório em Cambridge (EUA), teria como ponto de origem Le Corbusier nas soluções desenhadas no Plano Obus para Argel. Ele faz, então, uma aproximação bastante formal de projetos que tem programas diferentes e soluções das habitações e circulações – horizontais e verticais – variadas, assim como a implantações que respondem diferentemente às demandas. Mais uma vez é interessante notar as escolhas de Giedion, desta vez ele elege plano para Argel como referência da lâmina curva sem nenhuma menção aos croquis que expressavam o raciocínio de Corbusier desenvolvido a partir do contato com as cidades brasileiras na viagem de 1929. Assim, as fotos apresentadas na revista concentram-se nas imagens do Bloco A em construção.

Observa-se que as soluções habitacionais projetadas por Reidy (1954) não são associadas à noção de unidade de vizinhança, mas à unidade de habitação em uma aproximação às concepções corbusierianas, tanto do programa habitacional associado aos equipamentos quanto das soluções técnicas, construtivas e plásticas. Narrativa muitas vezes reiterada em artigos das revistas que divulgavam o Pedregulho e mesmo pela historiografia.

Pretende-se, neste artigo, revelar a presença simultânea da noção de Unidade de Vizinhança ao voltar o olhar para o conjunto de experiências ligado ao Departamento de Habitação Popular que contou com o trabalho de diversos atores, dentre eles da engenheira e urbanista Carmen Portinho. Busca-se aqui, através da trajetória profissional da urbanista Carmen Portinho, desvelar as formas de circulação do conceito de Unidade de Vizinhança, assim como sua apropriação e formalização em uma série de experiências habitacionais, evidenciando a dimensão urbana dessas realizações do Departamento de Habitação Popular.

Efetivamente, as experiências do Conjunto Residencial Pedregulho, assim como Gávea, Paquetá e Vila Isabel, estão ligadas a um órgão público do Distrito Federal em um momento de significativas transformações da estrutura social e política do país, de reorganização, e por vezes criação, de instituições públicas; mudanças no campo profissional e da formação de arquitetos e urbanistas que marcam a geração de Carmen Portinho e Affonso Reidy.

CARMEN VELASCO PORTINHO: OS ANOS DE FORMAÇÃO E O DEBATE URBANÍSTICO DOS ANOS 1930 A 1945 NO RIO DE JANEIRO

A engenheira e urbanista Carmen Velasco Portinho (1903-2001) pertenceu a uma geração que vivenciou entre seu período de formação e início da vida profissional as mudanças sociais, econômicas e políticas que findariam a chamada República Velha (1889-1930). O ano de 1930 foi marcado pela ascensão de Getúlio Vargas como chefe de Governo Provisório², iniciando um estado de exceção, após a deposição do presidente Washington Luís – com dois períodos

distintos de 1930 a 1937 e o Estado Novo (1937 a 1945) –, que duraria até 1945, quando foi retomado o regime democrático.

No plano econômico, houve um enfraquecimento das oligarquias agrárias e um redirecionamento do polo agrário-exportador para um polo urbano-industrial. Assim, o processo de industrialização ganhava apoio acompanhado de uma política de substituição de importações propiciada, externamente, pela crise sistêmica de 1929. Rezende (2017) chama a atenção para a dimensão urbana sob Estado Novo. Mantendo o autoritarismo, o período combinou-o com o aprofundamento de reformas urbanas e a criação de instituições dotadas de novas formas de gestão, sobretudo no Distrito Federal, então cidade do Rio de Janeiro. Seria, nestas instituições, que Portinho iniciaria suas atividades profissionais entre o final dos anos 1920 e início de 1930.

Carmen Velasco Portinho (1903-2001) nasceu em Corumbá (MS), onde viveu até 1911, quando a família se mudou para o Rio de Janeiro. Desde cedo, Carmen integrou-se ao movimento feminista, junto à Bertha Lutz (1894-1976), com quem organizou em 1919 o movimento sufragista³. Participou da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino⁴ e da criação da União Universitária Feminina em 1932, carregando consigo entre os muitos espaços em que atuou a perspectiva da emancipação feminina e o reconhecimento profissional das mulheres. Carmen foi a terceira mulher a graduar-se em engenharia no Brasil em 1926 pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro (que se tornaria a Universidade do Brasil em 1937). É considerada ainda a primeira urbanista formada no Brasil, com a defesa da tese para a obtenção do título pela Universidade do Brasil em meados dos anos 1930. Portinho desenvolveu grande parte de sua carreira como engenheira e urbanista no quadro da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal, desde o ano de sua formatura em 1926 até sua aposentadoria em 1962.

Affonso Eduardo Reidy (1909-1964) nasceu em Paris, sendo filho de um engenheiro inglês que migrara ao Brasil à serviço de uma companhia telegráfica inglesa e uma brasileira cujo pai fora um arquiteto italiano. Oriundo de uma família de estrangeiros que se fixara no Rio de Janeiro, dentro de uma classe média urbana, Reidy cursou arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) (1926-1930) onde recebeu uma formação acadêmica e tradicional ainda inserida na linguagem dos estilos arquitetônicos. Segundo Bonduki (2000), a leitura da obra de Le Corbusier (1923), *Vers une architecture*, em 1928, abriria uma inflexão em sua formação a partir do contato com os princípios racionalistas da arquitetura moderna.

Este processo não ocorreu isoladamente com Reidy, ao contrário, ele incidiu sobre um grupo de arquitetos desta geração que, tensionando com o ensino de Belas Artes, iniciaria um processo de renovação do ensino de arquitetura que teria como marco a nomeação de Lúcio Costa como diretor da ENBA em 1930. Em 1931, Reidy, então já formado, foi convidado a ser assistente de Gregori Warchavchik que havia assumido o cargo de professor dentro de

uma perspectiva de contratação de novos profissionais afinados com o ideário moderno. Costa e Warchavchik saíram da Escola em função da reação acadêmica, mas Reidy permaneceu até 1933 como professor de pequenas composições (BONDUKI, 2000).

Em 1936, Reidy foi chamado por Lúcio Costa para compor a equipe que elaborou o projeto para o Ministério de Educação e Saúde (1936-1943). A equipe foi composta por Lúcio Costa, Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer, além de Burle Marx como paisagista, e Le Corbusier como consultor. Nesta ocasião, Reidy também participou da elaboração do projeto para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1936) – hoje UFRJ –, junto com a equipe composta por Jorge Moreira, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Firmino Saldanha, Ângelo Brunhs e Paulo Fragoso, tendo mais uma vez Le Corbusier como consultor. Assim, Reidy é um dos arquitetos que compõem a cena, considerada pela historiografia de renovação da arquitetura moderna no Brasil. Em um momento político em que o estímulo à industrialização e à modernização – que intensificava o processo de urbanização – dentro de um projeto nacional de desenvolvimento era visto como capaz de dar respostas às preocupações sociais que atraíam alguns arquitetos.

No campo do urbanismo, ainda no final do período de sua formação, Reidy havia iniciado um trabalho como estudante e depois tornou-se assistente no escritório do urbanista francês Alfred Agache (1875-1959), que desenvolvia o Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento para o Rio de Janeiro (1927-1930), a convite do prefeito Antônio Prado Jr. (1926-1930). Este plano urbanístico continha uma “[...] proposta global de ordenamento para a cidade, incluindo zoneamento, legislação, saneamento e sistema viário, com um plano de embelezamento e remodelação” (BONDUKI, 2000, p. 13) e contava, ainda, com uma recomendação da urbanização da Esplanada do Castelo no centro da cidade. O plano foi interrompido pelo conturbado momento político de 1930. No entanto, Reidy voltaria a lidar com ele, desenvolvendo ou adaptando suas propostas; porém, a partir de então, como arquiteto da Prefeitura do Distrito Federal, cargo que, através de concurso público, assumiu em 1932, permanecendo ao longo de toda sua carreira até 1960. Foi na Prefeitura do Distrito Federal que Reidy contou com a parceria de Carmen Portinho, também funcionária da instituição.

Reidy e Portinho, portanto, iniciam suas atividades profissionais como quadros do corpo técnico de engenheiros e arquitetos de um órgão público do Distrito Federal no final dos anos de 1920 e início de 1930, período marcado por um contexto político conflituoso acompanhado por uma inflexão do pensamento urbanístico no Brasil. Leme (1999) delimita três grandes períodos do urbanismo no Brasil com características próprias: o primeiro de 1895 a 1930, marcado pelos planos de melhoramentos, o segundo entre 1930 e 1950, com planos mais abrangentes que procuravam articular as diversas áreas da cidade, e o terceiro de 1950 a 1965 marcado pelos planos regionais. Com efeito, a

autora salienta que, durante todo este período, duas linhagens de urbanismo estavam sendo configuradas, uma ligada aos urbanistas notadamente franceses, alguns ingleses e depois norte-americanos muitas vezes associados às escolas de engenharias, às sociedades ou institutos de urbanismo ou mesmo reformadores sociais e outra vertente com origem no movimento modernista, notadamente difundida pelos encontros dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Assim, esta passagem para os anos 1930, especialmente no Distrito Federal, configura-se como um rico momento de encontro e debate entre diferentes pensamentos sobre o urbanismo, assim como a busca por novas técnicas – como seria o caso do zoneamento –, para atuar sobre a cidade, que via seu crescimento em tamanho e importância em um país cada vez mais urbano.

O plano de Agache para o Rio de Janeiro (1927-1930) insere-se neste contexto. Em linhas gerais, o plano propõe uma ordenação da extensão da cidade com a articulação do centro e dos bairros por um sistema de vias contendo ainda um sistema de saneamento, integrando a legislação urbanística e ainda a técnica do zoneamento. Ele ainda conserva os traços do período anterior, o plano de embelezamento e remodelação, particularmente para a área central na Esplanada do Castelo. Este período também é marcado pela organização dos órgãos públicos de planejamento urbano nas prefeituras assim como de afirmação como campo de conhecimento, inclusive no âmbito universitário, e como prática profissional (LEME, 1999). É neste contexto que podemos inserir a atuação e formação de Portinho, inicialmente como engenheira da Prefeitura do Distrito Federal, que iria procurar uma formação específica em urbanismo.

Portinho, entre 1929 e 1930, corresponde-se com Luís Ignácio de Anhaia Mello em busca de recomendações de leituras e troca de materiais sobre urbanismo. Em carta de 9 de maio de 1929, Anhaia Mello envia à Portinho um exemplar da conferência que ele havia proferido sobre urbanismo no Instituto de Engenharia (NPD, ACP, C05, P07)⁵. Nesta ocasião ele comenta que enviaria uma lista bibliográfica mais completa assim que sua encomenda de livros chegasse dos Estados Unidos⁶. Em carta de 29 de maio do mesmo ano, Anhaia envia à Portinho cópias sobre as conferências de “Recreio Activo” em resposta a um estudo de Carmen sobre a remodelação da cidade de Natal. Nesta carta Anhaia sugere a Carmen o tema para sua tese: “O *zoning* como fator primordial para o desenvolvimento ordenado da cidade moderna”. Citando a argumentação de urbanistas norte-americanos, Anhaia encontra no zoneamento o instrumento que poderia dar unidade à cidade em expansão. Assim, recomenda o estudo à Carmen, considerando que o assunto ainda era muito pouco conhecido (NPD, ACP, C05, P07). A resposta de Carmen é positiva com relação ao tema, ainda que relutante quanto ao estudo da legislação e a falta de material específico, justamente por ser um tema recente (NPD, ACP, C05, P07). Por outro lado, é justamente a novidade que o tornaria mais interessante para a personalidade de Carmen.

As trocas de correspondências e materiais continuam no mês seguinte com Carmen enviando material sobre o plano do Rio de Janeiro de Agache para Anhaia e este sobre zoneamento à Carmen, além do estímulo e se colocando à disposição para trocar ideias e ajuda. Ele chega mesmo a sugerir um esboço de plano de estudo para Carmen e envia um estudo para um “playground” em São Paulo com pedido de opinião de Carmen (NPD, ACP, C05, P07). No final deste ano de 1929, ocorre a passagem e as conferências de Le Corbusier em São Paulo e Rio de Janeiro e este seria o tema da carta de 12 de janeiro de 1930 de Anhaia para Carmen. Diz ele:

Mr. Le Corbusier o homem da época machinista, também fez duas conferencias aqui, melhor, repetiu, talvez pela milésima vez, as [?] que fez na Rússia, Belgrado, B. Ayres, Rio, Londres.... que são aliás repetições do seu livro 'Vers une Architecture' e 'Urbanisme'. [...] Ele propôs como solução para a urbanização de S. Paulo que nós ligássemos por uma serie de pontes, a collina central com as collinas dos arrabaldes e em vez de 'gratte-ciels' fazer 'gratte-terres' ao lado desses viadutos.

Acha que isso seja solução?

O que propôs para Buenos Ayres de avançar sobre o mar não é novidade. Em pequena escala está sendo realizada pelos ingleses avançando no Tâmis; e só em pequena escala é exequível. Como elle quer, porém, é utopia, como utopia é o seu plano Voisin de Paris e o mais que propõe.

Apreciamos muito mais a conferência de Agache sobre a remodelação do Rio.

Parece que a orientação geral está certa; vamos ver a legislação.

Eu, francamente, não pertenco a tal era machinista nem percebo porque a casa deva ser a tal machina de habitar.

Não acha que é preciso deixar alguma cousa para o coração? (NPD, ACP, C05, P07).

É possível ver o quanto a troca de informações, materiais e sobretudo opiniões tem ressonância na atividade de Carmen. Em 24 de janeiro de 1930, foi publicado no Jornal do Brasil uma entrevista com Carmen Portinho intitulada “A educação Hygienica da criança” (NPD, ACP, C08, P01) em que discorre sobre os playgrounds e a necessidade da construção dos “jardins de recreio” para as crianças nas cidades em desenvolvimento, mencionando as experiências nas cidades norte-americanas e a iniciativa de Anhaia Mello, como diretor do Instituto de Engenharia, para a construção do primeiro playground em São Paulo. No entanto, quanto ao tema da tese, Carmen parece ter mudado de direção. Ao invés de um estudo sobre o zoneamento, ela apresentou para a obtenção do título um Ante-projeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central. Neste estudo, ela recupera os estudos da Comissão do século XIX, encarregada dos estudos sobre o Planalto Central para a instalação do Distrito Federal, e propõem uma cidade moderna aplicando os princípios de Le Corbusier estabelecidos para a *Ville Radieuse* (PORTINHO, 1939a, 1939b).

Observa-se, deste modo, como as duas vertentes de urbanismo, salientadas por Leme (1999), não eram campos isolados, ao contrário, estavam em diálogo e muitas vezes em debate e disputas. Contudo, quando olhamos mais atentamente os ideários mobilizados nos planos, podemos encontrar apropriações seletivas e até mesmo combinações inusitadas. Carmen propõe um plano para uma cidade nova baseada nos princípios corbusierianos e organizada conforme as quatro funções, que na proposta de Carmen seriam: Habitação, Transporte, Trabalho e Recreio (PORTINHO, 1939b, p. 285). Assim, a função ora denominada “cultivar o corpo e espírito”, ora “lazer”, ora “recreação” aqui ganha a nomenclatura utilizada por Anhaia de “Recreio” (ativo) e que dialogava com os estudos norte-americanos sobre o assunto.

Neste estudo, Carmen apresenta como bibliografia os livros de Le Corbusier, evidentemente, mas também aparece o texto de Sert (1937) *Cas d'application villes* que havia sido publicado no livro *Logis e Loisir* lançado como resultado do quinto encontro do CIAM ocorrido em Paris em 1937 em que se propunha a aplicação da Carta de Atenas em casos concretos de cidades. Deste modo, nota-se a perspectiva adotada por Carmen no momento em que a presença de Le Corbusier no Rio de Janeiro se fez sentir, não apenas pelas conferências de 1929 mas também em 1936 como consultor entre o grupo de arquitetos que elaborava o projeto para o edifício do Ministério de Educação e Saúde e o projeto para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil.

Por outro lado, entre os urbanistas, muitos deles funcionários da Prefeitura do Distrito Federal, vinha se delineando a necessidade de um plano para a cidade do Rio de Janeiro, entre eles Armando Godoy, a própria Carmen Portinho, J. O. Saboya Ribeiro e Mário de Souza Rezende, após o abandono do Plano de Agache (REZENDE, 2017). Em 1938, então sob as mudanças de administração pública do Estado Novo, Henrique Dodsworth – nomeado prefeito de 1937 a 1945 – instituiu o Serviço Técnico do Plano da Cidade que retomou o plano de Agache e realizou uma série de adaptações. Foi neste órgão que Reidy atuou de 1938 a 1945, uma vez que conhecia o trabalho de Agache e era um arquiteto da prefeitura. Neste período o arquiteto fez um projeto para a Urbanização da Esplanada do Castelo (em 1938) utilizando o conceito de quadra aberta e edifícios em lâmina em linguagem moderna absolutamente distinta do plano de remodelação de Agache.

Com o fim do Estado Novo e retomado o regime democrático, em 1945, os órgãos municipais de planejamento passavam por outra reestruturação. O antigo Serviço Técnico do Plano da Cidade subordinado à Comissão do Plano da Cidade se transformaria no Departamento de Urbanismo (DUR), que manteria à frente como diretor José de Oliveira Reis até 1948, momento em que Reidy assume a diretoria do Departamento de Urbanismo dentro da Secretaria de Obras Públicas, na então gestão do prefeito Mendes de Moraes. Foi neste momento que Reidy elaborou mais um plano para a área central da cidade, o Estudo de urbanização para a Esplanada do Santo Antônio, mais um morro que

estava sendo derrubado em continuidade à Esplanada do Castelo. Nele, Reidy prevê não apenas a urbanização da área central, mas a insere em uma malha viária procurando fazer grandes conexões do centro com a zona norte e em direção à zona sul, esboçando a proposta para o Aterro da Glória-Flamengo – que só seria construído em 1962-64 pela insistência da paisagista Maria Carlota (Lota) de Macedo Soares (BONDUKI, 2000).

Neste período de reestruturação também foi criado o Departamento de Habitação Popular (DHP), em 1946, que teria Carmen Portinho a sua frente como diretora (1948-1960). Reidy, ao longo de sua carreira no serviço público, iria alternar entre o Departamento de Urbanismo – tendo sido diretor por 3 ocasiões, em 1948, em 1951/52, e 1954/55 – e o Departamento de Habitação Popular. Foi neste período, sob a assertiva e impetuosa chefia de Portinho, que o DHP construiu os conjuntos habitacionais do Pedregulho, Gávea, Paquetá e Vila Isabel.

UNIDADE DE HABITAÇÃO E UNIDADE DE VIZINHANÇA: HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS SOB A ÓTICA DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR DO DISTRITO FEDERAL DE 1946 A 1960.

Os conjuntos residenciais Pedregulho, Gávea e também Paquetá não se dissociam do trabalho e perspectiva do Departamento de Habitação Popular (DHP) do Distrito Federal, e portanto, devem ser vistos também sob a ótica das estratégias de atuação deste órgão público sobre a cidade e o problema habitacional. Flávia Nascimento (2008), ao mudar o ângulo de acesso sobre a questão habitacional para o próprio DHP, desvela a atuação de um conjunto de arquitetos, engenheiros e assistentes sociais que, dentro da instituição pública, dedicaram-se a enfrentar os problemas de moradias por meio das habitações sociais de cunho moderno, tendo a frente Carmen Portinho. Por esta perspectiva, Nascimento desvela, para além da Unidade de Habitação, a presença da ideia de Unidade de Vizinhança na formulação das estratégias de enfrentamento do problema da habitação (NASCIMENTO, 2008; BONDUKI; NASCIMENTO, 2014).

O conceito de Unidade de Vizinhança foi consolidado pelo sociólogo norte-americano Clarence Perry ao longo dos anos 1920 e formalizado no Plano Regional de Nova York de 1929. Nele, Perry argumenta pela criação da menor escala urbana, a da vizinhança, de modo a articular as práticas cotidianas da “vida familiar” a um território de sociabilidade de uma comunidade. O autor lança a ideia de uma cidade celular em que cada unidade de vizinhança se articularia a um plano urbano maior. Diante de um expressivo crescimento urbano não apenas de Nova York, mas também da região de New Jersey e Connecticut, possibilitado pelo novos meios rápidos de transporte como o trem e as vias expressas para automóveis, Perry cria um modelo em que as Unidades de Vizinhança estariam nas intersecções dessas novas vias arteriais que cruzavam a cidade e rompiam tecidos urbanos consolidados e laços de comunidades, em uma tentativa de reestabelecer espaços seguros e convidativos às relações comunitárias em meio às dinâmicas urbanas de grandes cidades (PERRY, 1929). Deste modo, a noção de Unidade de Vizinhança configurava-se como uma unidade territorial

relacionada às áreas residenciais, articulada a um plano urbano e até regional (MUMFORD, 2008).

O Plano Regional de Nova York de 1929 alcançou grande difusão internacional, em especial na Inglaterra, através de instituições ligadas ao urbanismo e mesmo planejadores que estabeleciam uma ponte regular de deslocamento entre Inglaterra e Estados Unidos. Foi o caso de Thomas Adams, importante membro do movimento cidade-jardim, que coordenou o Plano Regional de Nova York. Efetivamente, a noção de Unidade de Vizinhança foi aplicada no Plano do Condado de Londres (de 1943) que se configurou como um plano de reconstrução da cidade bombardeada durante a II Guerra Mundial e teve a Unidade de Vizinhança dentro das estratégias de reconstrução, que foram intensamente difundidas no pós-guerra (ABERCROMBIE, FORSHAW, 1943; COHEN, 2013).

É dentro deste contexto que, em 1944, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) com apoio do Conselho Britânico inaugurava uma exposição no Rio de Janeiro sobre o Plano do Condado Londres (de 1943). Na ocasião, Carmen Portinho, como representante da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, proferiu uma palestra sobre a reconstrução da cidade inglesa (NPD, ACP, C08, P02). Segundo Nascimento (2008), Carmen havia se candidatado a uma bolsa de estudo do Conselho Britânico a fim de realizar uma viagem de estudos na Inglaterra e fora aceita.

Em meados de 1945, Carmen Portinho viajava à Londres por um período de 4 meses onde se deparou com as ações em curso para a reconstrução das cidades, algumas delas dentro do marco do Plano do Condado de Londres (de 1943). Durante a viagem, Carmen participou de vários eventos sociais com a presença de autoridades e urbanistas reconhecidos como Frederic James Osborn (1885-1978)⁷ da *Town and Country Planning Association* (NPD, ACP, C08, P02). Ela ainda proferiu algumas palestras sobre a arquitetura moderna brasileira, discorrendo sobre o uso do concreto armado na *Incorporated Association of Architects and Surveyors* (IAAS) e no *Royal Institute of British Architects* (RIBA), organizado pelo grupo MARS (*Modern Architectural Research*), ala inglesa do CIAM, e o *British Council* (NPD, ACP, C08, P02).

Neste período, a arquitetura moderna brasileira já havia ganhado destaque e repercussão através da Feira Internacional de Nova York de 1939 e da exposição *Brazil Builds*, que acabara de ocorrer no MoMA (1943). Assim, Carmen vai ao encontro deste movimento de divulgação das obras brasileiras e leva consigo uma série de slides para serem exibidos durante sua viagem.

É preciso mencionar que, no ano seguinte, em 1946, Reidy receberia um convite de Patrick Abercrombie, autor do Plano do Condado de Londres, como presidente da seção britânica da Reunião Internacional de Arquitetos, convidando-o a participar do Congresso Internacional de Arquitetos que seria realizado em setembro de 1946, ocasião em que ocorreria um tour por Londres com os delegados. Configurava-se assim uma oportunidade para Reidy tomar contato com o plano e as obras em andamento na cidade, no entanto, ele declina

do convite em função do compromisso assumido na participação do concurso fechado para o projeto do Centro de Treinamentos da Aeronáutica em São José dos Campos (SP) (NPD, ACP, C06, P03).

De volta da viagem no final do ano de 1945, Carmen Portinho concedeu entrevistas e escreveu uma série de artigos nos jornais cariocas como O Globo e Correio da Manhã em que discorria sobre sua experiência e impressões. Efetivamente, foi neste período que Carmen tomou contato com o conceito de Unidade de Vizinhança pelo Plano do Condado de Londres – ainda no Brasil – e teve a oportunidade de presenciar os esforços de reconstrução e ver as realizações de alguns dos planos para cidades (e comunidades) ali já desenhados dentro da perspectiva da unidade de vizinhança. Durante a estadia ela visitou mais de 20 cidades desde a cidade-jardim de Welwyn às cidades em reconstrução como Bath cuja área central, Coventry, foi objeto de discussão e de um plano de reconstrução amplamente difundido sobre as realizações do Plano de Londres. Ela ainda visitou cidades industriais como Manchester e Birmigham, as portuárias, Liverpool, Southampton e Portsmouth, os centros universitários de Oxford e Cambridge e ainda as cidades escocesas de Glasgow e Edimburgo (NPD, ACP, C08, P02).

Segundo seus relatos, é possível perceber como o tema da habitação capta a atenção da urbanista, por se configurar como uma demanda urgente e de grande amplitude, ela comenta sobre a necessidade de quatro milhões de habitações na Inglaterra após a guerra. Ela aborda dois aspectos da questão: as soluções de pré-fabricação e industrialização dos componentes – observada em uma experiência peculiar da montagem de casas de alumínio, incentivada por uma indústria que mantinha grandes quantidades do material para os tempos de guerra e naquele momento voltava-se para a indústria da construção civil – e o incentivo governamental que dava prioridade às habitações operárias em blocos. Carmen comenta sobre suas impressões de outros dois aspectos relevantes: a participação feminina como força de trabalho – situação que se intensificou durante a guerra e que se manteve dentro dos esforços da reconstrução – e a presença das creches e jardins de infância próximas às áreas residenciais, não apenas do ponto de vista dos cuidados da criança, mas pela necessidade deste serviço onde as mulheres ampliavam sua participação do mundo do trabalho e não apenas da esfera privada e familiar no espaço da casa (NPD, ACP, C08, P02).

Deste modo, pode-se observar através das impressões de viagem de Portinho, pela forma como alguns temas vêm à tona, os aspectos que Carmen perseguiria e transformaria em agenda como diretora do DHP: a promoção da habitação coletiva pelo poder público, lançando mão das técnicas industrializadas, entendida não apenas como moradia mas inseparável dos serviços comuns, seja os de atendimento às crianças – escolas, creches, jardins de infância e playgrounds – como às atividades cotidianas – lavanderia, mercado, e pequenos serviços. Nascimento (2008, p. 128) também avalia que os equipamentos de uso comum seriam como extensões da casa, atividades domésticas tornadas

serviços comuns “Uma vez que os trabalhadores não poderiam dispor de ajuda doméstica, no próprio espaço construído dos conjuntos residenciais estariam abrigados equipamentos adjacentes facilitadores do cotidiano”.

Carmen vai concebendo o conjunto residencial como a habitação associada a seus equipamentos escolares, de saúde e lazer, segundo Nascimento (2008), como uma “unidade autossuficiente”, ao menos nos aspectos da menor escala da cidade, na Unidade de Vizinhança. Assim, quando Portinho assumiu a chefia do DHP em 1948 esboçou um plano habitacional em que previa uma “unidade residencial autossuficiente” em cada distrito da cidade:

- 1º distrito: avenida Presidente Vargas;
- 2º distrito: Botafogo ou Gávea;
- 3º distrito: Pedregulho;
- 4º distrito: Jardim zoológico;
- 5º distrito: Madureira;
- 6º distrito: Penha;
- 7º distrito: Jacarepaguá;
- 8º distrito: Bangu;
- 9º distrito: Campo Grande;
- 10º distrito: Santa Cruz;
- 11º distrito: Ilha do Governador (NASCIMENTO, 2008, p. 137).

Efetivamente, foram construídos Pedregulho, Gávea – chamado de Conjunto Residencial Marquês de São Vicente – Paquetá e muito parcialmente Vila Isabel. Todos eles foram concebidos como edifícios de apartamentos com os equipamentos e serviços comuns associados e assistência social (NASCIMENTO, 2008). Nota-se, portanto, que as experiências dos conjuntos habitacionais do DHP, ainda que tenham sido construídos em número reduzido e de modo fragmentado ao longo do tempo, foram concebidos não como experimentos de habitação social mas como parte estruturante da cidade, articulando, ainda que de maneira esquemática, um plano habitacional a uma estratégia territorial urbana (ROLDAN, 2019).

Ainda com relação à habitação e seus serviços, Reidy assim se manifesta em uma reunião do Conselho da Fundação da Casa Popular em 1953:

O que não poderá ser nunca esquecido é que a habitação é a célula mater da cidade e que, como elemento fundamental de sua estrutura, deve estar sempre selecionada com os demais elementos que constituem o complexo urbano. O que não é admissível é que a própria Administração Pública continue a contribuir para o agravar o problema que, devido à falta de previsão e deficiência de instalações assistenciais, transforme-se, em pouco tempo, nas piores favelas.

Aos órgãos da Administração Pública compete planejar para o bem-estar social. A função habitar não se resume na vida dentro de casa. Ela se estende também em atividades externas, compreendendo serviços e instalações complementares que proporcionam ao habitante às facilidades necessárias à vida de todo o dia. ***Casa isolada ou habitação coletiva, casa térrea ou edifício de vários pisos, qualquer das duas modalidades exige a presença de serviços comuns, externos, facilmente acessíveis aos***

seus moradores. Da mesma maneira que deverão ser previstos o abastecimento da água e a iluminação pública, *terão que ser considerados o abastecimento de gêneros, os estabelecimentos de ensino, a assistência médica, as áreas para recreação e a prática de esportes, enfim, todas as instalações locais e edifícios cuja frequência é imposta pelas necessidades da vida cotidiana.*

Algumas das instalações poderão ser custeadas pela municipalidade local, outras por organizações especializadas ou associações de iniciativa particular. De qualquer forma o que importa é que, por este ou aquele sistema, *seja assegurada a existência daqueles serviços por ocasião da ocupação das habitações.* A ausência das facilidades acima mencionadas, assim como o de um serviço organizado de assistência social, contribui de forma decisiva para a transformação dos núcleos residenciais em favelas (REIDY, 1953 *apud* BONDUKI, 2000, p. 19, grifos nossos).

Observa-se, portanto, a ideia de uma unidade básica em torno da habitação defendida como a habitação e seus serviços. Nesta fala, nota-se também uma estratégia bastante interessante: a de que os serviços precisam estar prontos junto com a habitação, reforçando a compreensão dos equipamentos como extensão da “vida familiar” ou ainda, da vizinhança. Além disso, esta estratégia poderia ser de extrema importância para enfrentar também o problema da expansão urbana. Assim, estes conjuntos habitacionais apresentam uma dimensão urbana que deveria estar incorporada nas ações do poder público. Concebidos não apenas como residências, estes conjuntos somados aos equipamentos urbanos necessários para as atividades cotidianas daquela vizinhança serviriam como estruturantes de uma urbanidade.

É interessante mencionar a carta recebida por Reidy em 1952 das Nações Unidas. Assinada por Einer Engberg da *Housing and Town and Country Planning Section*, ligado ao Departamento de Assuntos Sociais da Organização das Nações Unidas, o remetente explica que esta divisão mantinha uma revista de mesmo nome de publicação quadrimestral dedicada a temas variados e comumente com um editor convidado especialista no tema. Na ocasião, o editor seria Josep Lluís Sert sobre o tema *The Neighborhood Unit*. A edição, então, seria dedicada às aplicações do princípio de Unidade de Vizinhança em planos projetados ou executados e convidava Reidy a enviar material. Em uma nota, escrita em espanhol por Sert em letra cursiva, pede para que não deixe de enviar fotos e planos de sua “*unidad vecinal en Rio*” (NPD, ACD, C06, P03). Assim, o Pedregulho (ou a Gávea) é reconhecido como uma Unidade de Vizinhança por Sert no momento em que este já vinha trabalhando com o conceito em projetos e planos urbanos em países latino-americanos e no ano seguinte apresentaria um relatório sobre a unidade de vizinhança para o mesmo organismo, o Departamento de Assuntos Sociais da Organização das Nações Unidas, no momento em que Ernest Weissmann era o diretor (1951-1955) (ROLDAN, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De volta às ações realizadas dentro do Departamento de Habitação Popular, com Carmen Portinho à frente, nota-se que o conceito de Unidade de Vizinhança foi utilizado dentro de um traçado muito incipiente de um plano habitacional que teve poucas mas significativas realizações. Ao buscar implantar um conjunto completo, uma unidade de vizinhança em cada distrito, esboça-se um plano que territorializava os conjuntos e os distribuía em toda a cidade. Ainda não articulava as unidades de vizinhança com um plano urbano global, mas o insinuava. Tampouco, partia de uma leitura das estruturas sociais existentes na cidade como um todo onde as ações de construção de habitações populares iriam se inserir, articulando, assim, as unidades de vizinhança como agrupamentos que se conectariam umas às outras, em uma escala intermediária entre a unidade básica e a cidade como um todo.

Efetivamente, o DHP atuou com um escopo específico, o da habitação popular voltada às rendas baixas e em sua maioria para funcionários da prefeitura. O que já se configurou como uma tarefa bastante desafiadora diante dos problemas habitacionais das classes populares no Rio e o aumento e presença das favelas. Assim, a Unidade de Vizinhança funcionava como um conceito que estruturava os blocos residenciais associados aos equipamentos de serviços comuns e às áreas livres. Os equipamentos eram quantificados e dimensionados em função das habitações e da quantidade de famílias que precisavam ser atendidas, em um raciocínio de que estes são a extensão das atividades domésticas, de forma diversa ao entendimento que havia sido criado da construção da ideia de Unidade de Vizinhança em que o número de habitantes se definiria em função da escola, de tal forma que estes pudessem ser distribuídos pela cidade, organizando as áreas residenciais em seu entorno. Vemos, então, um raciocínio urbano que parte da habitação de maneira indissociável aos equipamentos sociais que dariam suporte as atividades desta escala das relações de vizinhança. Procedimento este que não chega a se estruturar como um plano urbano, mas insinua esta possibilidade e deixa como uma potencialidade a articulação das escalas em que a Unidade de Vizinhança seria a menor delas ligadas as áreas residenciais.

Ao examinar a trajetória profissional da engenheira Carmen Portinho constata-se sua formação também como urbanista, fato ainda explorado de maneira incipiente pela historiografia, e que este trabalho busca contribuir ao colocá-lo em evidência. Nota-se ainda os diálogos profissionais que ela estabeleceu com várias vertentes do urbanismo e seu contato com a noção de Unidade de Vizinhança através do Plano do Condado de Londres (de 1943), assim como sua viagem em 1945, onde observou de perto os esforços de reconstrução que concentravam-se nas construções de habitações com equipamentos e eram organizados através da escala de unidades de vizinhança. Percebe-se como Portinho apropriou-se do conceito de Unidade de Vizinhança de maneira singular, operando através de negociações com aspectos particulares do contexto em que se inseria: não se tratava da reconstrução de cidades, mas de

dar respostas ao intenso crescimento urbano em que o problema da moradia das classes populares se agravava em um contexto de mudança de modelo econômico voltando-se para o polo urbano-industrial. Ao olharmos para as realizações de Carmen Portinho através de seus diálogos profissionais e sua trajetória intelectual, observa-se o ideário urbano por ela mobilizado e como a noção de Unidade de Vizinhança está presente e não apenas vincula habitações com equipamentos sociais, mas também os articula no território, evidenciando a dimensão urbana das realizações do Departamento de Habitação Popular sob sua liderança.

AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo n. 141599/2016-2) e Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (Processo n. 88881.135700/2016-01).

NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da Tese de D. D. ROLDAN, intitulada "Unidade de Vizinhança em suas conexões latino-americanas: a construção do conceito e suas apropriações nas obras de Josep Lluís Sert, Carlos Raúl Villanueva e Affonso Eduardo Reidy entre 1945 e 1958". Universidade de São Paulo, 2019.
2. Em 1930, Vargas, como chefe do Governo Provisório, suspendeu a primeira Constituição de 1891 e dissolveu o Congresso Nacional assim como as Assembleias Estaduais, sendo nomeados interventores federais para substituir os governadores. O Governo Provisório duraria até 1934 quando foi editada uma nova Constituição através da Assembleia Nacional Constituinte (1933-34), nela instituía-se o voto direto e secreto. No entanto, em 1937 Vargas não convoca eleições e cria o Estado Novo. Este foi regido por outra Constituição de 1937, que concentrava poder político na figura do presidente, fechava o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, sendo prefeitos e governadores indicados como interventores, e contou ainda com a dissolução dos partidos políticos. Fonte: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.
3. Dados biográficos obtidos do Arquivo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/carmen_portinho
4. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino participou, tendo Berta Lutz como representante, da Constituinte de 1934 defendendo o voto feminino, a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial e a proibição de demissão por gravidez. Fonte: CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.
5. As fontes de pesquisa documental realizada no Núcleo de Documentação e Pesquisa (NPD) da FAU UFRJ no Acervo Carmen Portinho (ACP) estão indicadas como NPD, ACP, Caixa XX, Pasta XX.
6. É importante notar o interesse de Anhaia Mello pelo urbanismo norte-americano e a prática de compra de livros e materiais como forma de circulação das ideias no momento mesmo em que o Plano Regional de Nova York estava sendo lançado e difundindo o conceito de Unidade de Vizinhança.
7. Frederic J. Osborn foi um membro do movimento Cidade-Jardim. Trabalhou em *Letchworth Garden City* e na segunda experiência de Ebenezer Howard, a *Welwyn Garden City*. No final da primeira guerra Osborn junto à Howard e outros profissionais iriam passar a defender a ideia das *New Towns*.

REFERÊNCIAS

- ABERCROMBIE, L. P; FORSHAW, J. H; *County of London Plan*. London: MacMillan, 1943.
- ARCHITECTURAL FORUM. Boston, v. 87, n. 5, 1947.

- ARCHITECTURAL RECORD. New York, v. 123, n. 7, 1958.
- ARCHITECTURAL REVIEW. London, vol. 112, n. 667, 1952.
- ARQUITECTURA. Havana, ano.20, n. 231, 1952.
- ARQUITECTURA. Havana, ano.22, n. 256, 1954.
- ARQUITECTURA. Ciudad de México, n. 58, 1957.
- AUJOURD'HUI ART ET ARCHITECTURE. Boulogne, ano 1, n. 5, 1955.
- BENEVOLO, L. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BONDUKI, N. *Affonso Eduardo Reidy: arquitetos brasileiros*. Lisboa; São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2000.
- BONDUKI, N. *Os pioneiros da habitação social: Cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp; Sesc, 2014. v.1.
- BONDUKI, N.; NASCIMENTO, F. B. Pedregulho: habitação social como serviço público. In: BONDUKI, N.; KOURY, A. P. *Os pioneiros da habitação social: onze propostas de morar para o Brasil moderno*. São Paulo: Editora Unesp; Sesc, 2014. v. 3.
- COHEN, J.-L. *O futuro da arquitetura desde 1889: uma história mundial*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- DAL CO, F.; TAFURI, M. *Architecture contemporaine*. Paris: Gallimard; Electa, 1991.
- DOMUS. Milano, n. 254, 1951.
- GIEDION, S. L'unité d'habitation de Pedregulho a Rio de Janeiro. *L'Architecture d'aujourd'hui*, ano 23, n. 42-43, p. 124-129, 1952.
- GOODWIN, P. *Brazil Builds: Architecture new and old 1652-1942*. New York: Modern Art Museum, 1943.
- HITCHCOCK, H.-R. *Latin American architecture since 1945*. New York: Museum of Modern Art, 1955.
- MINDLIN, H. E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora; IPHAN, 2000.
- L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI. Boulogne, ano 20, n. 33, 1951.
- L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI. Boulogne, ano 23, n. 42-43, 1952.
- LE CORBUSIER. *Vers une architecture*. Paris: Éditions Vincent, 1923.
- LEME, M. C. S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, M. C. S. (org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FauUsp; Fupam, 1999.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- NASCIMENTO, F. B. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular: Rio de Janeiro, 1946-1960*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação, 2008.
- PERRY, C. A. The Neighborhood Unit: a scheme of arrangement for the family-life community". In: *Regional survey of New York and its environs*. New York: Regional Plan of New York and Its Environs, 1929. v. 7.
- PORTINHO, C. Ante-Projeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central. *Revista Municipal de Engenharia*, v. 6, n. 2, p. 153-163, 1939a.
- PORTINHO, C. Ante-Projeto para a futura capital do Brasil no Planalto Central (continuação). *Revista Municipal de Engenharia*, v. 6, n.3, p. 284-297, 1939b.
- PROA. Bogotá, n.108, 1957.
- PROGRESSIVE ARCHITECTURE. New York, n. 36, 1955.

REIDY, A. E. et al. Urbanisme au Brésil: unité d'habitation au Pedregulho, Rio de Janeiro. *L'Architecture d'aujourd'hui*, ano 20, n. 33, p. 55-66, 1951.

REIDY, A. E. et al. Immeubles a appartements: unité d'habitation de Pedregulho a Rio de Janeiro. *L'Architecture d'aujourd'hui*, ano 25, n. 52, p. 20-21, 1954.


REZENDE, V. Urbanismo e Planejamento no Distrito Federal: debate e investidas de 1920 a 1945. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 12, p. 77-99, 2017.

ROLDAN, D. D. *Unidade de Vizinhança em suas conexões latino-americanas: a construção do conceito e suas apropriações nas obras de Josep Lluís Sert, Carlos Raúl Villanueva e Affonso Eduardo Reidy entre 1945 e 1958*. São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SERT, J. L. *Cas d'application villes*. Paris: [s.n.], 1937.

TINEM, N. *O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna*. João Pessoa: Manufactura, 2002.

DINALVA DERENZO ROLDAN

 0000-0002-2485-5041 | Universidade Paulista | Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas | Curso de Arquitetura e Urbanismo | São Paulo, SP, Brasil | E-mail: dinaroldan@pm.me

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

ROLDAN, D. D. Unidade de vizinhança no ideário da urbanista Carmen Portinho: a dimensão urbana das ações do Departamento de Habitação Popular. *Oculum Ensaios*, v. 20, e235762, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5762>

RECEBIDO EM

8/4/2022

VERSÃO FINAL EM

3/4/2023

APROVADO EM

27/4/2023

EDITOR RESPONSÁVEL

Renata Baesso